



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário - Área Judiciária**

**Execução de Mandados**



Prova Grupo L, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Maio/2004

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

**Justiça e burocracia**

A finalidade maior de todo processo judicial é chegar a uma sentença que condene o réu, quando provada a culpa, ou o absolva, no caso de ficar evidenciada sua inocência ou se nada vier a ser efetivamente comprovado contra ele. O pressuposto é o de que, em qualquer dos casos, a sentença terá sido justa. Mas nem sempre isso ocorre. O caminho processual é ritualístico, metucioso, repleto de cláusulas, de brechas para interpretação subjetiva, de limites de prazos, de detalhes técnicos – uma longa jornada burocrática, em suma, em que pequenos subterfúgios tanto podem eximir de condenação um culpado como penalizar um inocente. Réus poderosos contam com equipes de advogados particulares experientes e competentes, ao passo que um acusado sem recursos pode depender de defensores públicos mal remunerados e indecisos quanto à melhor maneira de conduzir um processo.

No limite, mesmo os réus de notória culpabilidade, reincidentes, por exemplo, em casos de corrupção, acabam por colecionar o que cinicamente chamam de “atestados de inocência”, sucessivamente absolvidos por força de algum pequeno ou mesmo desprezível detalhe técnico. Quanto mais burocratizados os caminhos da justiça, maior a possibilidade de que os “expedientes” das grandes “raposas dos tribunais” se tornem decisivos, em detrimento da substância e do mérito essencial da ação em julgamento. A burocracia dos tortuosos caminhos judiciais enseja a vitória da má-fé e do oportunismo, em muitos casos; em outros, multiplica entraves para que uma das partes torne evidente a razão que lhe assiste.

(Domiciano de Moura)

1. Deduz-se da leitura do texto que a relação entre a **garantia de justiça** e a **excessiva burocratização** dos procedimentos jurídicos
- (A) é necessariamente complementar, já que não se pode admitir a primeira sem o concurso da segunda.
  - (B) constitui um paradoxo, pois a segunda implica a sistemática e completa exclusão da primeira.
  - (C) é freqüentemente conflituosa, pois a segunda pode representar um obstáculo para a efetivação da primeira.
  - (D) implica um contra-senso, pois cada um dos ritos de um processo já é injusto em si mesmo.
  - (E) é harmônica, pois o detalhismo burocrático favorece a lisura de cada um dos procedimentos e da sentença final.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, a expressão *em qualquer dos casos* está-se referindo a *no caso de ficar evidenciada sua inocência* e a *se nada vier a ser efetivamente comprovado*.
  - II. No segundo parágrafo, a expressão *notória culpabilidade* alude aos casos em que o processo judicial e a sentença final não deixam dúvida quanto à culpa do acusado.
  - III. No segundo parágrafo, defende-se a tese de que a excessiva burocratização dos caminhos da justiça permite que um detalhe técnico acessório adquira mais importância que o mérito substantivo do processo.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) I.
  - (D) II.
  - (E) III.

3. No segundo parágrafo, a utilização de palavras ou expressões entre aspas deixa evidente a preocupação do autor em
- (A) destacar o emprego técnico de conceitos que são básicos na linguagem jurídica.
  - (B) chamar a atenção para o fato de que está citando elementos do texto de um jurista.
  - (C) enumerar valores e atitudes que devem caracterizar a ética processual.
  - (D) ressaltar o tom pejorativo com que se refere a certos aspectos das práticas jurídicas.
  - (E) identificar as etapas burocráticas que demonstram a rigidez dos ritos processuais.

4. Na construção do texto, o autor se valeu de uma série de **oposições**, das quais constitui exemplo a estabelecida entre
- (A) *réus de notória culpabilidade* / *casos de corrupção*.
  - (B) *advogados particulares* / *defensores públicos*.
  - (C) *burocracia dos tortuosos caminhos* / *vitória da má-fé e do oportunismo*.
  - (D) *desprezível detalhe técnico* / *pequenos subterfúgios*.
  - (E) *“expedientes”* / *“raposas dos tribunais”*.

5. A frase em que se respeitam plenamente as regras de concordância verbal é:
- (A) “Raposas dos tribunais” é a expressão com a qual muitos identificam os advogados matreiros, que se valem da tortuosidade dos ritos processuais.
  - (B) Costuma valer-se de algum desprezível detalhe técnico os causídicos que sabem tirar proveito da burocracia judicial.
  - (C) A tortuosidade dos caminhos judiciais acabam por ensejar um sem-número de distorções no andamento de um processo.
  - (D) Falhas nos julgamentos sempre haverão, mas a excessiva burocratização dos ritos jurídicos acaba por multiplicá-las.
  - (E) Não cabem aos defensores públicos, em geral mal remunerados e desmotivados, a responsabilidade integral por sua insegurança diante dos entraves burocráticos.

6. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:
- (A) O réu jamais admitiu a culpa.
  - (B) Entraves burocráticos dificultam a distribuição de justiça.
  - (C) Os mais cínicos colecionam “atestados de inocência”.
  - (D) Mas nem sempre isso acaba por ocorrer.
  - (E) Ele ignorou a importância dos detalhes.

7. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) De todo e qualquer réu assiste o direito da ampla defesa.
  - (B) O único apoio de que um acusado sem recursos pode contar é o de um defensor público.
  - (C) Encerrou-se um processo cujo o mérito sequer foi avaliado.
  - (D) Foi uma sentença estranha, cuja acabou por provocar grande descontentamento.
  - (E) É um rito tortuoso, de cuja burocracia os espertos tiram proveito.

8. Está clara e correta a redação da frase:
- (A) Nada se garante quanto a justiça, graças ao excesso de burocracia onde caracteriza-se o andamento dos processos.
  - (B) Através de recursos baixos, evita-se que um notório corrupto se distinga de um homem honesto, embora a recíproca não seja verdadeira.
  - (C) A reincidência do réu em atos de corrupção nada significou para o juiz, que se mostrou mais preocupado com minúcias técnicas do processo.
  - (D) Tanto mais burocracia, quanto maior a possibilidade de que se ofereça entraves para um julgamento proveitoso e com isenção de um caso.
  - (E) Pode ocorrer má-fé e oportunismo, nos casos aonde existem brechas para que esses venham a imperar, desde que a burocracia lhes facilite.

9. O advogado de defesa encaminhou uma apelação. Para fundamentar a apelação, organizou a apelação numa progressão de itens bem articulados. Ainda assim, recusaram a apelação os juízes do Supremo, que consideraram a apelação inconsistente de todo.

Evitam-se as abusivas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) fundamentá-la - organizou-lhe - recusaram a ela - consideraram-na
- (B) fundamentá-la - organizou-a - recusaram-na - a consideraram
- (C) fundamentar a ela - a organizou - recusaram-lhe - lhe consideraram
- (D) fundamentar-lhe - organizou-lhe - recusaram-na - a consideraram
- (E) a fundamentar - organizou-a - recusaram-lhe - consideraram-na

10. A grafia de todas as palavras está correta na frase:
- (A) A sentença foi exarada sem que o juiz sequer vislumbresse os subterfúgios de que lançou mão o pertinaz advogado de defesa.
  - (B) A alta incidência de erros judiciais constitui – ou deveria constituir – um alerta para que nossos juristas analisem com mais sensatez os ritos processuais.
  - (C) Acabam sofrendo discriminação, nos julgamentos, os réus mais pobres, assistidos por advogados pagos irrizoriamente pelo herário público.
  - (D) Um advogado honesto deve sentir-se pezaroso por ter de enfrentar a malícia de pares seus, que chegam a se gabar por ganharem uma causa inescrupulosamente.
  - (E) É no fringir dos ovos – na hora da sentença – que se verá se o juiz se deixou ou não coptar pela argumentação falaciosa do esperto advogado.

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Limites das cotas**

*As regras anunciadas pela UnB (Universidade de Brasília) para seu programa de cotas raciais para negros e pardos dão bem a medida da inconsistência desse sistema. Os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas serão fotografados “para evitar fraudes”.*

*Uma comissão formada por membros de movimentos ligados à questão da igualdade racial e por “especialistas no tema” decidirá se o candidato possui a cor adequada para usufruir da prerrogativa.*

*Para além do fato de que soa algo sinistra a criação de comissões encarregadas de avaliar a “pureza racial” de alguém, faz-se oportuno lembrar que, pelo menos para a ciência, o conceito de raça não é aplicável a seres humanos. Os recentes avanços no campo da genômica, por exemplo, já bastaram para mostrar que pode haver mais diferenças genéticas entre dois indivíduos brancos do que entre um branco e um negro. (...)*

*Esta Folha se opõe à política de cotas por entender que nenhuma forma de discriminação, nem mesmo a chamada discriminação positiva, pode ser a melhor resposta para o grave problema do racismo. A filosofia por trás das cotas é a de que se pode reparar uma injustiça através de outra, manobra que raramente dá certo. (...)*

(Folha de S. Paulo. 22/03/2004, p. A-2)

11. No verbete **editorial**, do dicionário Houaiss, lê-se a seguinte definição:

*Artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe.*

Baseando-se nessa definição, é correto afirmar que o texto **Limites das cotas** é, de fato, um **editorial**, uma vez que

- (A) a matéria de que trata é indiscutivelmente polêmica e vem despertando o interesse de boa parte dos leitores.
- (B) nele se analisam, de modo isento e equilibrado, as razões de duas abordagens divergentes de uma mesma questão.
- (C) há nele uma explicitação inequívoca do seu caráter opinativo, que deixa claro um posicionamento do veículo de informação.
- (D) se trata de uma matéria jornalística não assinada, fato que é suficiente para caracterizar a imparcialidade na análise de uma questão.
- (E) há nele uma tentativa de levantamento das diferentes e contraditórias opiniões dos redatores de um órgão da imprensa.

<p>12. A seguinte afirmação é apresentada como um fato objetivo:</p> <p>(A) (...) <i>pelo menos para a ciência, o conceito de raça não é aplicável a seres humanos.</i></p> <p>(B) <i>As regras anunciadas pela UnB (...) dão bem a medida da inconsistência desse sistema.</i></p> <p>(C) (...) <i>soa algo sinistra a criação de comissões encarregadas de avaliar a “pureza racial”.</i></p> <p>(D) (...) <i>nenhuma forma de discriminação, nem mesmo a chamada discriminação positiva, pode ser a melhor resposta para o grave problema do racismo.</i></p> <p>(E) <i>A filosofia por trás da política das cotas é a de que se pode reparar uma injustiça através de outra, manobra que raramente dá certo.</i></p>	<p>16. A pontuação está inteiramente adequada na frase:</p> <p>(A) Para evitar fraudes, serão fotografados, todos os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas segundo as regras anunciadas pela UnB.</p> <p>(B) Manobra que raramente dá certo, é a de que se pode reparar uma injustiça por meio de outra, eis a filosofia, por trás das cotas.</p> <p>(C) No campo da genômica, já se avançou o suficiente para provar que entre dois indivíduos brancos pode haver mais diferenças que entre um branco e um negro.</p> <p>(D) A Folha acha, que até mesmo a discriminação positiva, não deixa de ser um tipo de preconceito, não devendo portanto, funcionar como critério de seleção.</p> <p>(E) Afinal; trata-se ou não de se avaliar “pureza racial”, se o critério a ser seguido é o de tirar fotografia; e isso num país com uma grande massa de mestiços.</p>
<p>13. No segundo parágrafo, busca-se sutilmente indicar o contra-senso das medidas a serem tomadas pela comissão de avaliação, aproximando-se as expressões conflitivas</p> <p>(A) <i>igualdade racial e membros de movimentos.</i></p> <p>(B) <i>Uma comissão decidirá e membros de movimentos.</i></p> <p>(C) <i>membros de movimentos e “especialistas no tema”.</i></p> <p>(D) <i>igualdade racial e cor adequada para usufruir da prerrogativa.</i></p> <p>(E) <i>igualdade racial e especialistas no tema.</i></p>	<p>17. É preciso <b>corrigir</b> a redação confusa e incorreta da seguinte frase:</p> <p>(A) São bem estranhos os critérios adotados pela UnB para selecionar os candidatos às vagas correspondentes às cotas raciais para negros e pardos.</p> <p>(B) Ainda que se tirem fotografias, muito candidato a essas vagas haveriam de pleitear uma nova secção de fotos, alegando que fossem prejudicados.</p> <p>(C) Souo sinistro, para a Folha, esse critério de se levar em conta a “pureza racial”, mormente num país com uma incidência tão alta de mestiçagem.</p> <p>(D) Pelo que se pode depreender da leitura do texto, a Folha não considera qualquer tipo de critério racial como um parâmetro justo para a reserva de cotas na universidade.</p> <p>(E) Talvez seja tolice você deixar de considerar as tantas formas de discriminação que há no Brasil; a questão é como enfrentá-las e solucioná-las.</p>
<p>14. Os candidatos que pretendem beneficiar-se das cotas serão fotografados.</p> <p>Na frase acima, há uma correta articulação entre os tempos verbais de <i>pretendem e serão</i>. Alterando-se esses tempos, uma correta articulação ocorreria entre as formas</p> <p>(A) <i>pretenderiam e terão sido.</i></p> <p>(B) <i>pretendessem e seriam.</i></p> <p>(C) <i>pretenderam e tivessem sido.</i></p> <p>(D) <i>pretendam e foram.</i></p> <p>(E) <i>pretendiam e sejam.</i></p>	<p>18. Quanto à utilização ou não do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Em meio às vagas oferecidas pelo sistema de cotas, muitas haverão de ir para brancos, mesmo, pois não faltará quem as pleiteie alegando a mestiçagem.</p> <p>(B) A política à que se opõe a Folha é à de combater uma discriminação com outra, àquela segundo a qual só os negros e pardos têm as vagas garantidas.</p> <p>(C) Será que daqui à uma década ainda estaremos a titubear na administração da insuficiência de vagas, ou já teremos chegado à um bom termo?</p> <p>(D) Sempre é oportuna a lembrança de que a genômica tem chegado à uma série de convicções que põem por terra a teoria de uma raça pura.</p> <p>(E) Parece que estamos à atravessar um momento crucial de nossa história, quando velhas contas estão à pagar, sem haver quem as resgate.</p>

<p>19. Estão corretos o emprego e a flexão de todos os verbos na frase:</p> <p>(A) O conselho ouve por bem estribar-se no critério racial para preencher as vagas na sua universidade.</p> <p>(B) Não se sabe se diminue ou não, drasticamente, o número de negros e pardos que permanecerão alijados do sistema universitário.</p> <p>(C) Quem se opor à política de cotas haverá de imaginar alguma outra saída, que tanto favoreça os negros e os pardos como também os brancos pobres.</p> <p>(D) Aqueles que sempre reteram as vagas não haverão de concordar com o novo sistema, pelo qual o critério racial se sobreponhe ao do mérito.</p> <p>(E) Constitui um recente avanço na ciência o fato de que a genômica não institui qualquer modelo de raça pura, por absoluta falta de evidência.</p>	<p>24. Ao clicar o botão Atualizar na janela do MS Internet Explorer, será carregada para o computador</p> <p>(A) uma nova cópia da página atual.</p> <p>(B) uma nova cópia da página inicial.</p> <p>(C) a última cópia arquivada da página inicial.</p> <p>(D) uma nova cópia da página anterior.</p> <p>(E) a cópia arquivada da página anterior.</p>
<p>20. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se no plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Será que algum de nós não ..... (<b>gostar</b>) de observar de perto aquela seleção com base nas fotos?</p> <p>(B) Não se ..... (<b>dever</b>) levar em conta qualquer um desses critérios, pois todos parecem fora de propósito.</p> <p>(C) Uma vez ..... (<b>criar</b>), essa comissão de encarregados será a responsável pela seleção dos candidatos.</p> <p>(D) A menos que se ..... (<b>proclamar</b>) acima da lei, deveriam os selecionadores submeter-se a um debate mais profundo.</p> <p>(E) Quando se ..... (<b>preservar</b>) uma injustiça, para tentar demolir outra, o princípio justo continua sendo ofendido.</p>	<p>25. O caractere ° (ordinal masculino) pode ser inserido em texto, pelo programa MS Word, mantendo-se pressionada a tecla Alt e digitando, no teclado numérico, as seqüências</p> <p>(A) 0 2 0 9 ou 1 6 5</p> <p>(B) 0 1 7 0 ou 1 6 6</p> <p>(C) 0 1 8 6 ou 1 6 7</p> <p>(D) 0 1 7 4 ou 1 6 9</p> <p>(E) 0 1 7 1 ou 1 7 4</p>
<p>21. Um componente de <i>hardware</i> do microcomputador classificado como periférico é</p> <p>(A) o processador.</p> <p>(B) o disco rígido.</p> <p>(C) a placa de rede.</p> <p>(D) a memória RAM.</p> <p>(E) a impressora.</p>	<p>26. No programa MS Word, a tecla de função F7 é reservada para escolher o comando:</p> <p>(A) ir para.</p> <p>(B) obter ajuda <i>online</i>.</p> <p>(C) repetir a última ação.</p> <p>(D) verificar ortografia e gramática.</p> <p>(E) salvar como.</p>
<p>22. Para personalizar a "área de trabalho" do Windows utiliza-se o aplicativo</p> <p>(A) barra de tarefas.</p> <p>(B) propriedades de vídeo.</p> <p>(C) propriedades do sistema.</p> <p>(D) opções de acessibilidade.</p> <p>(E) opções de pasta.</p>	<p>27. As funções utilizadas nas planilhas MS Excel</p> <p>(A) são operadores para execução de cálculos.</p> <p>(B) apresentam resultados somente com o uso de fórmulas complexas.</p> <p>(C) apresentam resultado somente de um valor.</p> <p>(D) executam somente operações de cálculo.</p> <p>(E) executam fórmulas pré-definidas.</p>
<p>23. Quando há Intranet instalada em uma empresa significa que</p> <p>(A) a empresa é um provedor de acesso à Internet.</p> <p>(B) a empresa é de grande porte, uma vez que somente tais empresas suportam instalação de Intranet.</p> <p>(C) foi instalado um servidor para troca eletrônica de dados com fornecedores e clientes.</p> <p>(D) foi instalado um servidor Web na rede de computadores da empresa.</p> <p>(E) todos os funcionários têm acesso à Internet.</p>	<p>28. Numa planilha MS Excel, um gráfico NÃO pode ser utilizado para representar, em forma de desenho, o conteúdo de</p> <p>(A) várias linhas e várias colunas.</p> <p>(B) uma linha e uma coluna, somente.</p> <p>(C) uma linha, somente.</p> <p>(D) uma coluna, somente.</p> <p>(E) uma célula, somente.</p>
	<p>29. Um texto gravado em HD, em arquivo de 2,0 MB, para ser copiado em um único disquete, com capacidade nominal de 1.474 KB, exigirá que o</p> <p>(A) disquete seja compactado, antes da cópia.</p> <p>(B) disquete seja desfragmentado, antes da cópia.</p> <p>(C) arquivo seja primeiramente compactado no HD.</p> <p>(D) arquivo seja primeiramente desfragmentado no HD.</p> <p>(E) arquivo seja simplesmente arrastado do HD para o disquete.</p>
	<p>30. Na ausência temporária do operador, o acesso ao computador por pessoa não autorizada pode ser evitado, de forma ideal, com a utilização de</p> <p>(A) uma senha inserida na proteção de tela do Windows.</p> <p>(B) uma senha inserida no <i>boot</i> do computador.</p> <p>(C) uma senha inserida para acesso ao disco rígido.</p> <p>(D) desligamento do monitor, após alguns minutos de inatividade.</p> <p>(E) desligamento do computador, sempre que o operador se retirar.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
**DIREITO ADMINISTRATIVO**

31. Em matéria de controle da administração, analise:

I. A autoridade controladora acompanha, orienta, revê, avoca e aprova os atos praticados pelos subalternos.

II. O que antecede a conclusão ou operatividade do ato, como requisito para sua eficácia.

III. Todo aquele que visa a comprovação da eficiência, do resultado, da conveniência ou oportunidade do ato controlado, sendo da competência da Administração, e, em casos excepcionais expressos na Constituição Federal, do Legislativo.

Essas hipóteses correspondem, respectivamente, aos controles

(A) hierárquico, sucessivo e vinculado.  
(B) hierárquico, prévio ou preventivo e de mérito.  
(C) sucessivo, preventivo e de mérito.  
(D) sucessivo, operativo e vinculado.  
(E) discricionário, prévio e corretivo.

32. No que diz respeito aos atos administrativos, a

(A) imperatividade, como requisito do ato, impõe ao particular o fiel cumprimento deste, mas não permite que o poder Público sujeite o administrado à execução forçada.

(B) auto-executoriedade, requisito de validade do ato, possibilita a execução deste, independentemente de determinação judicial.

(C) tipicidade é requisito do ato segundo o qual este deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei, em decorrência do princípio da publicidade.

(D) presunção de legitimidade, como seu atributo, permite a imediata execução do ato.

(E) a situação de direito ou de fato, que determina ou autoriza a realização do ato, corresponde ao atributo denominado motivo.

33. O provimento derivado de cargo público compreende, dentre outras formas, a

(A) promoção e a readmissão.  
(B) transposição e o aproveitamento.  
(C) ascensão e a transferência.  
(D) ascensão e a readaptação.  
(E) reversão *ex officio* e a reintegração.

34. Da sindicância poderá resultar

(A) sustação do andamento do inquérito administrativo, aplicação da penalidade de suspensão convertida em multa e destituição de cargo público.

(B) arquivamento do processo administrativo disciplinar, aplicação das penalidades de suspensão de até sessenta dias e de demissão.

(C) arquivamento do processo, aplicação da penalidade de advertência e instauração do processo administrativo disciplinar.

(D) aplicação das penalidades de suspensão de até 90 dias ou de demissão e instauração do inquérito administrativo.

(E) desarquivamento do processo administrativo disciplinar para instauração do inquérito administrativo e aplicação das penalidades de advertência e suspensão de até trinta dias.

35. Quanto às penalidades passíveis de serem aplicadas ao servidor público civil da União, analise:

I. A demissão ou a destituição de cargo em comissão implica a indisponibilidade dos bens e em ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

II. A destituição de cargo em comissão ou a demissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.

III. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão.

Essas conseqüências resultam, respectivamente, das seguintes condutas:

- (A) aplicação irregular de dinheiro público; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; e improbidade administrativa.
- (B) incontinência pública e conduta escandalosa na repartição; participar de gerência de empresa privada; e lesão aos cofres públicos ou dilapidação do patrimônio nacional.
- (C) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a partido político; e acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- (D) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; e revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- (E) corrupção; receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições; insubordinação grave em serviço.

36. No que tange aos poderes administrativos, considere as seguintes proposições:

- I. A prerrogativa de que dispõe o Executivo para ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo uma relação de subordinação, corresponde ao poder disciplinar.
- II. O poder regulamentar autoriza os Chefes dos Poderes Executivos a explicar a lei para sua correta e fiel execução.
- III. O poder de polícia autoriza a Administração a condicionar, frenar o uso e gozo de bens, atividade e direitos individuais, em prol da coletividade ou do próprio Estado.
- IV. A discricionariedade permite que o administrador público pratique o ato com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade, conteúdo e forma.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (A) I e II.  
(B) I e III.  
(C) I, III e IV.  
(D) II e III.  
(E) II, III e IV.

<p>37. Pedido de reconsideração é aquele pelo qual o interessado requer o reexame do ato</p> <p>(A) por intermédio da autoridade imediatamente superior àquela que expediu o ato impugnado, podendo ser renovado uma única vez.</p> <p>(B) à própria autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.</p> <p>(C) mediante pedido à autoridade imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, permitida a renovação com novos elementos.</p> <p>(D) à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato impugnado, admitida a renovação apenas quando a decisão reformar parcialmente o referido ato.</p> <p>(E) quando praticado mediante delegação, devendo ser apreciada pela autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu o ato, sendo que a renovação fica a critério dessa autoridade.</p>	<p>40. Dentro de suas áreas de competência e jurisdição, terão precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei, a administração</p> <p>(A) fazendária e seus servidores fiscais.</p> <p>(B) sanitária e seus médicos sanitaristas.</p> <p>(C) penitenciária e seus agentes penitenciários.</p> <p>(D) orçamentária e respectivos orçamentistas financeiros.</p> <p>(E) registrária e seus serviços notariais.</p>
<p>38. Ao praticar os atos discricionários, o administrador pode adotar uma ou outra solução, segundo critérios de oportunidade, conveniência, justiça, equidade, próprios da autoridade, porque não definidos pelo legislador. No entanto, o poder de ação administrativa, embora discricionário,</p> <p>(A) não dá margem a qualquer apreciação subjetiva, haja vista que a finalidade deverá atender apenas ao interesse público secundário.</p> <p>(B) somente poderá ser livremente exercido pelo administrador quanto ao mérito e a forma, quando a lei utilizar noções precisas.</p> <p>(C) será parcialmente liberado ao administrador, apenas quanto aos requisitos da imperatividade e do motivo.</p> <p>(D) quando a lei descrevê-lo mediante vocábulos unissignificativos, possibilita ao administrador uma apreciação subjetiva.</p> <p>(E) não é totalmente livre, porque, sob os aspectos da competência e finalidade, a lei impõe restrições.</p>	<p>41. Cabe ao Congresso Nacional, de regra, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União e dentre outras, especialmente sobre</p> <p>(A) montante da dívida mobiliária dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(B) operações de crédito, dívida pública e emissões de cunho forçado.</p> <p>(C) criação e extinção de órgãos públicos superiores federais e estaduais.</p> <p>(D) bens do domínio da União, Estados e Distrito Federal.</p> <p>(E) incorporação de área de Municípios, ouvidas as Câmaras Municipais.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b></p> <p>39. No que se refere à inadmissibilidade, no processo, das provas obtidas por meios ilícitos, é certo que constitui ilicitude a</p> <p>(A) prova obtida mediante escuta telefônica, por autorização judicial, que incrimina outra pessoa, e não o investigado em cujo nome constava o telefone objeto da autorização.</p> <p>(B) utilização de conversa telefônica feita por terceiros com autorização de um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, quando há, para essa utilização, excludente da antijuridicidade.</p> <p>(C) escuta telefônica, sem autorização judicial, de que resultam informações possibilitando a prisão em flagrante de um traficante de drogas.</p> <p>(D) produção de prova obtida mediante gravação de um diálogo em local público ou aberto ao público.</p> <p>(E) prova obtida por meio de gravação telefônica, via secretária eletrônica, realizada por um interlocutor da conversa, sem o conhecimento do outro.</p>	<p>42. Dentre outras, é de competência privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente,</p> <p>(A) dispor sobre limites para as operações de crédito externo e interno da União e Estados; elaborar o regimento interno de ambas as Casas.</p> <p>(B) aprovar a escolha do Procurador-Geral da República; eleger membros do Conselho da República.</p> <p>(C) processar o Advogado-Geral da União; autorizar o processo contra o Presidente da República.</p> <p>(D) eleger membros do Conselho da República; proceder a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional.</p> <p>(E) autorizar a instauração de processo contra os Ministros de Estado; processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>43. No que diz respeito à classificação das constituições, considerando-se a origem, observa-se que umas derivam do trabalho de uma Assembléia Nacional Constituinte, composta de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração, sendo que outras são elaboradas e estabelecidas sem a participação popular, através de imposição do poder na época. Nesses casos, tais constituições são denominadas, respectivamente,</p> <p>(A) analíticas e sintéticas.</p> <p>(B) outorgadas e históricas.</p> <p>(C) históricas e dogmáticas.</p> <p>(D) promulgadas e outorgadas.</p> <p>(E) dogmáticas e promulgadas.</p>

<p>44. Em matéria de processo legislativo, diz-se que a <b>Resolução</b> é</p> <p>(A) ato do Congresso Nacional, ou de qualquer de suas Casas, destinada a regular matérias de sua competência ou de competência privativa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, mas em regra com efeitos internos.</p> <p>(B) espécie normativa destinada a veicular assuntos de competência exclusiva do Congresso Nacional, cujo procedimento é tratado pela Constituição Federal, decorrendo sempre efeitos de natureza externa.</p> <p>(C) espécie normativa elaborada e editada pelo Presidente da República em razão de autorização do Poder Legislativo, e nos limites postos por este, mas sem as características de um ato normativo primário.</p> <p>(D) ato normativo diferenciado, com processo legislativo próprio, dispondo sobre matéria comum às demais leis, com a diferença de que o <i>quorum</i> para a sua aprovação é de maioria absoluta.</p> <p>(E) ato normativo, com forma de lei, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal sobre qualquer matéria, decorrente dos casos de relevância e urgência, devendo ser submetido ao Congresso Nacional.</p>	<p>47. É <b>INCORRETA</b> a afirmação de que aos juízes federais caberá, dentre outras atribuições, processar e julgar</p> <p>(A) a execução de carta rogatória, após o <i>exequatur</i>.</p> <p>(B) as causas entre Estados estrangeiros e Municípios.</p> <p>(C) os crimes políticos, ressalvada a competência da Justiça Militar e Eleitoral.</p> <p>(D) os crimes cometidos a bordo de aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.</p> <p>(E) os conflitos fundiários, vedada a designação de juízes estaduais .</p>
<p>45. Considere o que segue:</p> <p>I. Os membros do Ministério Público dos Estados, nos crimes comuns e de responsabilidade, serão julgados, de regra, pelos Tribunais de Justiça.</p> <p>II. A proposta ao Poder Legislativo da criação ou extinção dos Tribunais inferiores caberá também aos Tribunais Superiores.</p> <p>III. O provimento dos cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição é de competência de seus Governadores de Estado.</p> <p>IV. Os juízes federais e estaduais, nos crimes comuns, eleitorais e de responsabilidade, serão julgados originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>Nesses casos, é correto o que se afirma <b>APENAS</b> em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO CIVIL</b></p> <p>48. A respeito da propriedade em geral, é <b>INCORRETO</b> afirmar que</p> <p>(A) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.</p> <p>(B) o proprietário pode ser privado da coisa, na hipótese de requisição, em caso de perigo público iminente.</p> <p>(C) os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se por preceito jurídico especial, couberem a outrem.</p> <p>(D) a propriedade do solo abrange, dentre outros bens, as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica.</p> <p>(E) no uso e gozo da coisa, são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e visem a prejudicar outrem.</p>
<p>46. No que se refere ao Supremo Tribunal Federal, é certo que</p> <p>(A) seus Ministros serão eleitos pelo respectivo Plenário e nomeados pelo respectivo Presidente, após a aprovação da lista tríplice pelo Presidente da República.</p> <p>(B) compõe-se de onze Ministros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta anos e menos de sessenta anos de idade.</p> <p>(C) seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(D) sua composição será de vinte e um Ministros, escolhidos dentre juízes dos Tribunais inferiores, que contem, no mínimo, com quinze anos de carreira.</p> <p>(E) compõe-se de onze Ministros indicados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria dos integrantes do Congresso Nacional.</p>	<p>49. A respeito da posse, considere as afirmativas:</p> <p>I. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que tais atos não excluam os dos outros compossuidores.</p> <p>II. O possuidor com justo título tem em seu favor a presunção absoluta de boa-fé, que não admite prova em contrário.</p> <p>III. A posse, ainda que precária, é justa, mas, considera-se injusta a que for clandestina ou violenta.</p> <p>Está correto o que se afirma <b>APENAS</b> em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p> <p>50. Consideram-se, dentre outros, bens imóveis para os efeitos legais:</p> <p>(A) tijolos, azulejos e pisos provenientes da demolição de algum prédio.</p> <p>(B) telhas provisoriamente retiradas de um prédio para nele se reempregarem.</p> <p>(C) energias que tenham valor econômico.</p> <p>(D) direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.</p> <p>(E) direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.</p>

<p>51. O terceiro, não interessado, que pagar a dívida</p> <p>(A) com desconhecimento do devedor não terá direito a reembolso, se o devedor tiver meios para ilidir a ação.</p> <p>(B) em seu próprio nome se sub-rogará nos direitos do credor.</p> <p>(C) em seu próprio nome terá direito a reembolsar-se do que pagou.</p> <p>(D) com oposição do devedor não terá direito a reembolso, se o devedor tiver meios para ilidir a ação.</p> <p>(E) antes da data do seu vencimento terá, a qualquer tempo, direito ao reembolso do que pagou.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b></p> <p>56. O processo de execução</p> <p>(A) envolve cognição destinada a pesquisar o direito dos litigantes.</p> <p>(B) destina-se a obter o adimplemento voluntário da obrigação.</p> <p>(C) tem como pressuposto a certeza do direito do credor.</p> <p>(D) tem como escopo descobrir e formular regra jurídica concreta que deve regular a composição da lide.</p> <p>(E) é a única forma de exercer o direito público subjetivo de ação.</p>
<p>52. A respeito da fiança no Direito Civil brasileiro, é certo que</p> <p>(A) não pode ser de valor inferior ao da obrigação principal.</p> <p>(B) pode ser dada verbalmente.</p> <p>(C) admite interpretação extensiva.</p> <p>(D) não pode ter como objeto dívidas futuras.</p> <p>(E) pode ser estipulada sem consentimento do devedor.</p>	<p>57. A citação com hora certa deve ser feita depois de procurado o citando</p> <p>(A) na sua residência ou no local de trabalho, em horários distintos, ainda que no mesmo dia, bastando que o oficial de justiça mencione a suspeita de ocultação.</p> <p>(B) na sua residência ou no local de trabalho, por três vezes, em dias e horários distintos, devendo o oficial de justiça indicar pormenorizadamente os motivos da suspeita de ocultação.</p> <p>(C) na sua residência, por três vezes, no mesmo dia e em horários distintos, devendo o oficial de justiça indicar pormenorizadamente os motivos da suspeita de ocultação.</p> <p>(D) na sua residência e no local de trabalho, por três vezes, em horários distintos, ainda que no mesmo dia, devendo o oficial de justiça indicar pormenorizadamente os motivos da suspeita de ocultação.</p> <p>(E) na sua residência, por três vezes, em dias e horários distintos, devendo o oficial de justiça indicar pormenorizadamente os motivos da suspeita de ocultação.</p>
<p>53. Quanto às preferências e privilégios creditórios, é correto afirmar que</p> <p>(A) o privilégio geral prefere ao privilégio especial.</p> <p>(B) o crédito pessoal prefere ao real de qualquer espécie.</p> <p>(C) o crédito pessoal simples prefere ao privilegiado.</p> <p>(D) os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais.</p> <p>(E) prevalecerá a ordem temporal, não havendo título legal à preferência.</p>	<p>58. O recurso que visa à reforma de acórdão não unânime que houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente a ação rescisória, recebe o nome de</p> <p>(A) embargos de divergência.</p> <p>(B) embargos de declaração.</p> <p>(C) agravo regimental.</p> <p>(D) embargos infringentes.</p> <p>(E) correição parcial.</p>
<p>54. O depositário</p> <p>(A) que, no depósito voluntário, não o restituir quando exigido, será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano e a ressarcir os prejuízos.</p> <p>(B) que, por força maior, houver perdido a coisa depositada e recebido outra em seu lugar, não é obrigado a entregar a segunda ao depositante.</p> <p>(C) não responde pelos casos de força maior, cabendo ao depositante o ônus de provar o contrário.</p> <p>(D) que, devidamente autorizado, confiar a coisa em depósito a terceiro, não será responsável, mesmo que tiver agido com culpa na escolha deste.</p> <p>(E) não poderá reter o depósito até que se lhe pague a retribuição devida por contrato.</p>	<p>59. Cabe mandado de segurança contra</p> <p>(A) decisão judicial com trânsito em julgado.</p> <p>(B) lei em tese.</p> <p>(C) ato administrativo do qual pende recurso com efeito suspensivo.</p> <p>(D) ato judicial passível de recurso.</p> <p>(E) ato judicial passível de correição.</p>
<p>55. De acordo com o Código Civil brasileiro, prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão</p> <p>(A) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.</p> <p>(B) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.</p> <p>(C) para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.</p> <p>(D) do beneficiário contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.</p> <p>(E) de obter ressarcimento de enriquecimento sem causa.</p>	<p>60. No processo de execução, constatada a existência de bens do devedor, apesar de não ser ele encontrado para citação pessoal, mesmo depois das tentativas exigidas na lei, o oficial de justiça deve</p> <p>(A) proceder à penhora dos bens, independentemente de requerimento do credor.</p> <p>(B) proceder ao arresto dos bens, independentemente de requerimento do credor.</p> <p>(C) devolver o mandado ao juízo, para que o credor promova a citação por edital.</p> <p>(D) devolver o mandado ao juízo, para que o credor indique bens a penhorar.</p> <p>(E) proceder à citação com hora certa, independentemente de requerimento do credor.</p>

<p>61. Na execução fiscal, em caso de haver licitante com lance vencedor e havendo concorrência de pedidos de adjudicação, remição de bens e remição da execução, a ordem de preferência será:</p> <p>(A) remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; arrematação por terceiro; adjudicação pela Fazenda exequente.</p> <p>(B) adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro; remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor.</p> <p>(C) adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; remição da execução, pelo devedor.</p> <p>(D) remição da execução, pelo devedor; remição dos bens penhorados, pelo cônjuge, ascendente ou descendente do devedor; adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro.</p> <p>(E) remição dos bens penhorados pelo cônjuge ou parentes do devedor; remição da execução, pelo devedor; adjudicação pela Fazenda exequente; arrematação por terceiro.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL PENAL</b></p> <p>64. Com relação aos recursos no direito processual penal brasileiro, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) salvo hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.</p> <p>(B) o Ministério Público não é obrigado a recorrer de sentença absolutória e poderá desistir do recurso que haja interposto.</p> <p>(C) se o juiz reconhecer desde logo a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.</p> <p>(D) no caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus poderá, em certos casos, ter seus efeitos estendidos aos demais.</p> <p>(E) não se admitirá recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.</p>
<p>62. Podem ser reduzidos ou prorrogados</p> <p>(A) quaisquer prazos, pelo juiz, nas comarcas onde for difícil o transporte, pelo período máximo de 60 dias, que só pode ser excedido em caso de calamidade pública.</p> <p>(B) os prazos peremptórios, desde que as partes, de comum acordo, formulem requerimento ao juiz, no tempo oportuno e fundado em motivo legítimo.</p> <p>(C) quaisquer prazos, desde que as partes, estando de acordo, formulem requerimento ao juiz, no tempo oportuno e fundado em motivo legítimo.</p> <p>(D) os prazos peremptórios, desde que as partes o requeiram, de comum acordo, nas comarcas onde for difícil o transporte, em caso de calamidade pública e pelo período máximo de 60 dias.</p> <p>(E) quaisquer prazos, pelo juiz, nas comarcas onde for difícil o transporte, em caso de calamidade pública, pelo período máximo de 30 dias.</p>	<p>65. A respeito do <i>habeas corpus</i>, considere as afirmativas:</p> <p>I. Pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.</p> <p>II. Determinada a apresentação do paciente pelo juiz, somente não será apresentado se estiver gravemente enfermo ou não estiver sob a guarda da pessoa a quem se atribui a detenção.</p> <p>III. A concessão do <i>habeas corpus</i> não obstará, nem porá termo ao processo, desde que o processo não esteja em conflito com os fundamentos da concessão.</p> <p>IV. Da decisão que concede a ordem de <i>habeas corpus</i>, cabe apenas recurso de ofício pelo próprio juiz.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>63. Na Justiça Federal, em caso de recurso que se processa nos próprios autos, incumbe ao recorrente, sob pena de deserção, recolher as custas respectivas no</p> <p>(A) ato da interposição do recurso.</p> <p>(B) prazo legal previsto para a interposição do recurso.</p> <p>(C) prazo de três dias, contados da interposição do recurso.</p> <p>(D) prazo de cinco dias, contados da data do recebimento do recurso.</p> <p>(E) prazo de cinco dias, contados da interposição do recurso.</p>	<p>66. Com relação ao inquérito policial, é certo que</p> <p>(A) o inquérito policial, nos crimes de ação penal pública, só poderá ser iniciado mediante requisição do Ministério Público.</p> <p>(B) no inquérito policial vigoram os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>(C) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.</p> <p>(D) o inquérito policial, nos crimes em que a ação penal pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.</p> <p>(E) concluído o inquérito policial, não havendo prova da materialidade do delito e indícios de autoria, a autoridade policial poderá arquivá-lo.</p>

67. Nos crimes de ação penal privada,
- (A) o prazo de decadência do direito de queixa será interrompido pela instauração do inquérito policial.
  - (B) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de 6 meses, contados da data da consumação do delito.
  - (C) as pessoas jurídicas não poderão exercer o direito de queixa, pois esse direito é personalíssimo e privativo das pessoas físicas.
  - (D) o menor de 18 anos, a pessoa mentalmente enferma, ou deficiente mental, se não tiver representante legal, não poderá exercer o direito de queixa.
  - (E) no caso de morte do ofendido ou quando for declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

68. A respeito da prisão preventiva, é correto afirmar que
- (A) a prisão preventiva só poderá ser decretada pelo juiz se houver requerimento do Ministério Público nesse sentido.
  - (B) a apresentação espontânea do acusado à autoridade impedirá a decretação da prisão preventiva, nos casos em que a lei a autoriza.
  - (C) se o juiz revogar a prisão preventiva, não poderá voltar a decretá-la se sobrevierem razões que a justifiquem.
  - (D) é admissível a decretação da prisão preventiva nos processos em que se apura ilícito contravencional.
  - (E) o despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva não deve ser fundamentado, pois isso poderia implicar em prejuízo.

69. Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar originariamente, nos crimes comuns, na área de sua jurisdição, os
- (A) desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.
  - (B) membros dos Tribunais de Contas dos Estados.
  - (C) juízes do trabalho.
  - (D) membros do Congresso Nacional.
  - (E) chefes de missão diplomática de caráter permanente.

70. O réu foi interrogado numa sexta-feira, estando seu defensor constituído presente ao ato, tendo ambos saído intimados do prazo de 3 dias para oferecimento de defesa prévia. Nesse caso, considerando que não há feriados na semana seguinte, o prazo terá início na
- (A) sexta-feira e terminará na quinta-feira.
  - (B) sexta-feira e terminará no domingo.
  - (C) sexta-feira e terminará na segunda-feira.
  - (D) segunda-feira e terminará na quarta-feira.
  - (E) segunda-feira e terminará na quinta-feira.